



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

08/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

BC vê debate sobre meta de inflação como um dos motivos para piora das expectativas, mostra ata
Com "especial preocupação" diante da piora nas expectativas de inflação, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central analisou os efeitos de uma eventual mudança na meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e de uma política fiscal expansionista, conforme ata divulgada nesta terça-feira (7).

"Tal deterioração [de inflação de prazos mais longos] pode ter ocorrido por diversas razões, destacando-se, dentre esses fatores, uma possível percepção de leniência do Banco Central com as metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, uma política fiscal expansionista, que pressione a demanda agregada ao longo do horizonte de projeções, ou a possibilidade de alteração das metas de inflação ora definidas", afirma a autoridade no documento.

Nas últimas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou publicamente as metas de inflação fixadas para os próximos anos —os alvos são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O petista também tem reclamado dos juros elevados e atacado o presidente do BC, Roberto Campos Neto, a quem chamou de "esse cidadão" na semana passada. A autonomia da instituição, aprovada em lei em 2021, é outro alvo de questionamento.

Para aliados, Lula tem tentado forçar a autoridade monetária a reduzir a Selic em breve. As críticas do presidente à condução do BC, porém, têm elevado as projeções de inflação e pressionado os juros, gerando um efeito contrário ao pretendido pelo governo.

Por outro lado, o colegiado do BC afirmou na ata que, embora só trabalhe em seus cenários com políticas já implementadas, a execução do pacote que promete uma melhora fiscal de R\$ 242,7 bilhões, anunciado pelo ministro Fernando Haddad (PT) em 12 de janeiro, poderia reduzir a pressão sobre a inflação.

A percepção de alguns economistas é que isso pode representar o "hasteamento de uma bandeira branca pelo BC".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 07 de fevereiro.

Custo da cesta básica em janeiro sobe no Nordeste e cai no Sul

Em janeiro, o custo da cesta básica subiu em 11 das 17 capitais analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o levantamento, que foi divulgado hoje (7), as maiores altas foram observadas nas capitais nordestinas, com destaque para Recife (7,61%), João Pessoa (6,80%), Aracaju (6,57%) e Natal (6,47%).

Por outro lado, as capitais da Região Sul do país apresentaram as maiores quedas, com Florianópolis na liderança (-1,11%), seguida por Porto Alegre (-1,08%) e Curitiba (-0,50%).

Assim como ocorreu em dezembro, São Paulo continua aparecendo na pesquisa como a capital onde o conjunto de alimentos básicos apresenta o maior custo.

Na capital paulista, o custo médio da cesta básica em janeiro era de R\$ 790,57. Em seguida, apareceram as cestas básicas do Rio de Janeiro (R\$ 770,19), Florianópolis (R\$ 760,65) e Porto Alegre (R\$ 757,33). Já a cesta mais barata era a de Aracaju, onde o custo médio correspondia a R\$ 555,28 em janeiro.

Com base na cesta mais cara, que em janeiro foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para cobrir despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.641,58 em janeiro, o que corresponde a cinco vezes mais do que o valor vigente, que é de R\$ 1.302.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 08 de fevereiro.

Aneel aprova regulamentação do marco legal da geração distribuída de energia

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou em reunião de diretoria nesta terça-feira (7) a regulamentação da lei 14.300, que estabelece um marco legal para a micro e minigeração distribuída de energia, segmento que tem impulsionado do aumento da capacidade de geração no Brasil, ainda que sob críticas de parte dos consumidores sobre o custo dos subsídios.

As regras aprovadas abrangem procedimentos e conceitos técnicos que afetam esses projetos de geração de energia, como cobranças pelo uso da rede de distribuição, prazos para que as distribuidoras façam obras de conexão dos sistemas, apresentação de garantia de fiel cumprimento, entre outros.

Segundo a associação de energia solar Absolar, a aprovação desta terça-feira significa um passo importante para a geração distribuída, tecnologia que engloba desde telhados solares em residências até pequenas usinas, de até 5 megawatts (MW) de potência, para abastecer o consumo de empresas.

Empreendimentos já em operação ou que solicitaram conexão nas distribuidoras de energia até 6 de janeiro deste ano garantiram, até 2045, a extensão de benefícios tarifários, como a isenção do pagamento do uso da rede de distribuição, o chamado "Fio B".

A partir de agora, novos projetos de GD estão sujeitos, entre outras regras, a pagamentos escalonados do Fio B, começando com um percentual de 15% a partir deste ano até atingir a integralidade em 2029.

Um dos principais pontos de discussão na regulamentação, e que suscitou grande insatisfação entre agentes do mercado de "GD", foram detalhes da cobrança por serviços que antes não eram pagos às distribuidoras pelos usuários da tecnologia.

Segundo o presidente executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia, parte do problema foi solucionado, com a eliminação da "dupla cobrança" do custo de disponibilidade da rede da distribuidora e o Fio B.

"Conseguimos eliminar a cobrança em duplicidade, evitando a inviabilização da geração distribuída solar para a sociedade brasileira", disse Sauaia, acrescentando que a entidade irá trabalhar junto ao Congresso para ajustar outros pontos que julga importantes na lei.

A regulamentação do marco legal da "GD" mobilizou diversos agentes do setor elétrico, especialmente do mercado solar e distribuidoras de energia, que divergem sobre o tratamento a ser dado para tecnologia que cresce de forma acelerada no Brasil desde 2018.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 07 de fevereiro.

Crise da Light antecipa debate sobre fim de concessões

As ações da distribuidora de energia Light afundaram nesta terça-feira (7), em nova rodada de perdas que marcam a desconfiança dos investidores em relação ao futuro da concessão. A cotação mergulhou 13,55% no dia, fechando em R\$ 2,68. Foi a segunda maior queda, atrás apenas de Americanas, que recuou 21,39%.

A Light tem inúmeros problemas bem conhecidos. Desde 2020, quando a ação chegou a valer R\$ 23,23, a perda acumulada é de 88%.

No entanto, não estava no radar dos gestores da área de energia um estresse desse tamanho neste começo de ano. A parcela maior da dívida, por exemplo, vence apenas em 2024.

A nova rodada de perdas acionárias foi deflagrada pela própria empresa quando ficou público, no final de janeiro, que havia contratado os serviços da Laplace, conhecida por reestruturar companhias com problemas financeiros, entre elas a operadora Oi.

Também contribuiu para elevar a desconfiança o fato de a Light ter entre os maiores acionistas o empresário Carlos Alberto Sicupira, também acionista de referência nas Americanas, a varejista em profunda crise. Sicupira é sócio do grupo 3G, junto com Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 08 de fevereiro.